REFORMA ADMINISTRATIVA

Texto "maduro", mas desidratado

Sem tratar de supersalários, proposta deve ter anteprojetos apresentados na Câmara este mês. Sindicato critica indefinição

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» FERNANDA STRICKLAND

Kayo Magalhães / Câmara dos Deputados

Segundo o coordenador do grupo de trabalho, Pedro Paulo (PSD-RJ), textos entregues a Motta antes do recesso "poderão trazer algumas correções importantes no Orçamento público"

A reforma administrativa, que está sendo elaborada pelo Congresso Nacional em parceria com o governo federal, deve ser discutida pela Câmara ainda neste ano, com anteprojetos prontos para apresentação a partir de agosto, na retomada dos trabalhos após duas semanas de recesso. Segundo o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que coordenou o grupo de trabalho responsável por debater o tema, a ideia é criar um "rito político" para amadurecer a proposta e então levá-la ao debate entre os parlamentares. De histórico conturbado no Brasil, propostas anteriores da reforma enfrentaram resistência de sindicatos e servidores públicos. Com essa, que promete não mexer nos supersalários nem na estabilidade, não é diferente.

Pedro Paulo destacou que a reforma não pretende retirar direitos dos servidores, como a estabilidade, nem reduzir o tamanho do Estado. "O principal objetivo é dar as balizas para um Estado mais eficiente", garantiu em coletiva de imprensa convocada em julho.

"Queremos que a proposta esteja mais amadurecida na política antes de um debate público amplo", disse o coordenador do GT. A reforma será apresentada por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), um projeto de lei complementar (PLP) e um projeto de lei ordinária (PL). Na perspectiva do parlamentar, os textos assegurarão os direitos dos servidores e a estabilidade dos funcionários públicos.

Ainda de acordo com o relator, os anteprojetos da reforma administrativa incluem a implementação de identidade única, ato digital obrigatório e rastreável, meritocracia com planejamento estratégico, indicadores e bônus por metas. Também está previsto o concurso nacional unificado para estados e municípios.

A identidade única, segundo ele, permitirá que cidadãos tenham acesso a diferentes serviços públicos com um único documento digital. Já o sistema de meritocracia incluirá avaliação de desempenho baseada em indicadores específicos, com bônus salariais para servidores que atingirem metas estabelecidas.

Embora não tenha como finalidade primordial um ajuste nas contas públicas, disse o parlamentar, os anteprojetos "poderão trazer algumas correções importantes no Orçamento público".

O tema dos supersalários, por sua vez, "não será tratado em nenhum anteprojeto a ser apresentado". A posição contrasta com a pressão de especialistas e da sociedade civil, que consideram o assunto central para qualquer reforma administrativa efetiva.

Em contrapartida, o coordenador do GT propõe a criação de uma tabela nacional do serviço público com a remuneração de todos os servidores e transição de 10 anos para unificação de carreiras e salários. A medida visa "mais transparência e correção de desigualdades".

A ausência do debate sobre supersalários, na avaliação do economista Bruno Carazza, que é professor da Fundação Dom Cabral, desfalca o texto e corrobora o atual estado "desigual" do serviço público. De acordo com ele, a distorção salarial não vem de uma remuneração média alta. "Pelo contrário, o maior número dos servidores públicos, como os profissionais da educação, da saúde, da segurança, recebem rendimentos muito baixos", afirmou.

Para o especialista, no entanto, existem carreiras "muito específicas" no serviço público que se articulam para burlar o teto constitucional de R$ 46.366,19 — salário do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) — e conseguem remunerações por meio de auxílios e penduricalhos. Trata-se de "um grupo muito restrito de servidores que estão conseguindo burlar a Constituição e estão recebendo salários (remunerações) de milhões de reais por ano e em descumprimento à Constituição (teto constitucional)", disse o economista, que exemplificou o cenário com carreiras como as do Ministério Público, da advocacia pública e a de juízes.

Essas categorias conseguem "burlam" o teto constitucional, segundo Carazza, por meio da criação de auxílios e benefícios indenizatórios. "Exploram uma brecha que existe na Constituição que estabelece que os pagamentos indenizatórios, como as diárias de viagem, por exemplo, não estão sujeitas ao teto constitucional", apontou.

> **A distorção salarial não vem de uma remuneração média alta. Pelo contrário, o maior número dos servidores públicos, como os profissionais da educação, da saúde, da segurança, recebem rendimentos muito baixos (...) Mas há um grupo muito restrito de servidores que está conseguindo burlar a Constituição para receber salários de milhões de reais por ano e em descumprimento à Constituição"**
> ***Bruno Carazza,*** *economista*

Autor do livro *O país dos privilégios — Os novos e velhos donos do poder*, ele também contribuiu para uma pesquisa publicada no mês passado que apontou que os gastos do Judiciário com remunerações acima do limite constitucional aumentaram 49,3% entre 2023 e 2024.

O valor "extrateto" saltou de R$ 7 bilhões para R$ 10,5 bilhões em apenas um ano. Essa constatação, publicada por meio de um estudo do Movimento Pessoas à Frente — organização suprapartidária que propõe melhorias na gestão do serviço público — foi feita com base nos dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O levantamento expôs o avanço dos chamados penduricalhos — verbas indenizatórias e adicionais que permitem aos magistrados receber além do teto legal do funcionalismo público.

De acordo com Jessika Moreira, diretora-executiva do Pessoas à Frente, os supersalários devem ser "freados com urgência". "O dinheiro público precisa ser usado em benefício da população, e não como privilégio de uma minoria de servidores públicos", defendeu.

Estabilidade

A reforma administrativa, garantiu o deputado Pedro Paulo, não mexerá na estabilidade do funcionário público, outro ponto importante do texto. A estabilidade foi criada para proteger servidores de perseguições políticas e garantir continuidade das políticas públicas. Críticos, porém, argumentam que há acomodação em parte do funcionalismo.

Na avaliação de Bruno Carazza, essas garantias de que o servidor fica coberto do risco de ser demitido devem ser uma prioridade para cargos estratégicos no serviço público. Ele sugere a regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho. Esse dispositivo, previsto na Constituição, carece de uma regulamentação. Atualmente, a demissão de servidores públicos estáveis ocorre por meio de processos administrativos disciplinares (PAD) ou por sentença judicial transitada em julgado.

"É preciso permitir que aqueles servidores que são minoria, que não são comprometidos, que não entregam, sejam desligados da administração pública", defendeu. Segundo ele, isso "não entra em choque com o instituto da estabilidade".

Ainda conforme o economista, uma regulamentação da demissão por insuficiência de desempenho exigiria metodologia rigorosa para evitar arbitrariedades, com critérios objetivos e processos de avaliação transparentes.

Governo

Parte importante nas discussões do grupo de trabalho sobre reforma administrativa, o governo federal defende a bandeira de uma "transformação do Estado" que, segundo a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck, "vai além de uma reforma tradicional".

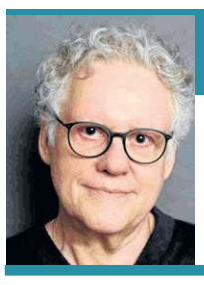
Dweck defende que uma reforma administrativa deve melhorar "a capacidade do Estado brasileiro de entregar políticas à nossa população". A ministra argumenta que o Estado precisa ser não apenas eficiente, mas também eficaz na promoção da justiça social.

O MGI implementou mais de 38 medidas desde janeiro de 2023, incluindo o Concurso Público Nacional Unificado, regulamentação do estágio probatório focada em avaliação de desempenho e ampliação da digitalização dos serviços públicos. Entre as medidas já implementadas está ainda a reestruturação de carreiras para evitar progressões automáticas desconectadas do desempenho.

Sindicato

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, disse ao **Correio** que o Brasil já vive um processo contínuo de reforma administrativa e cobrou clareza do Grupo de Trabalho (GT) coordenado pelo deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ) sobre a visão de Estado e de serviço público que orienta a nova proposta em discussão na Câmara dos Deputados.

Segundo Marques, a falta de definição por parte do GT gera "desconfiança e preocupação" entre os servidores e suas entidades representativas. Ele lembrou que, entre 2017 e 2022, o debate sobre modernização do Estado foi "sequestrado por uma visão fiscalista, reducionista e privatista", com destaque para a PEC 32/2020, apresentada no governo Jair Bolsonaro (PL). De acordo com o dirigente, aquela proposta tinha como objetivo central gerar "economia gigantesca" à custa de direitos dos servidores e da qualidade dos serviços prestados à população.



SERGIO ABRANCHES

TRUMP É GUIADO PELA MAIS TACANHA E ULTRAPASSADA VERSÃO DA IDEOLOGIA DO EXCEPCIONALISMO AMERICANO, BASE DA JUSTIFICAÇÃO DO IMPERIALISMO NO SEU AUGE

A chantagem imperial de Trump

A reação mais articulada à chantagem de Donald Trump veio do Supremo Tribunal Federal. Na abertura do semestre, seu presidente, Luís Roberto Barroso, fez pronunciamento com forte carga institucional, mostrando as raízes do golpismo e do autoritarismo no país. Após a tentativa de golpe de 2022-2023, a ameaça autoritária persiste. Foi a atuação imediata e independente do STF que bloqueou o intento golpista. A persecução penal de seus mentores, líderes e agentes é uma salvaguarda para dissuadir novas tentativas. Os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes também fizeram pronunciamentos formais em termos vigorosos rejeitando a ameaça de Trump e denunciando a atitude antipatriótica dos Bolsonaro.

Há evidente insinceridade daqueles setores empresariais que apoiaram e financiaram a trajetória de Jair Bolsonaro rumo à Presidência e continuaram a apoiar o governo e dele se beneficiaram. Parte dos empresários diz que Lula não quer negociar. O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, fala a mesma coisa. Outra parte deixa essa opinião implícita ao dizer que o governo Lula precisa de serenidade e buscar a negociação.

São distorções da realidade e da verdade. O governo nunca se negou a negociar. Adotou comportamento sereno e equilibrado, deixando a iniciativa com o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Os dois mantiveram e mantêm contato continuado com suas contrapartes no governo americano.

Quem não tem serenidade e se recusa a negociar é Donald Trump. Ele é guiado pela mais tacanha e ultrapassada versão da ideologia do excepcionalismo americano, base da justificação do imperialismo no seu auge. A ideologia que põe o país no papel de xerife institucional do mundo, de democracia impecável e justifica a interferência, inclusive, armada, em outros países, a pretexto de defender a democracia, versão USA.

Trump tem uma imagem napoleônica de si mesmo. Relaciona-se com os outros governantes de modo imperial, sempre superior. Com a arma da intimidação econômica tem conseguido que grande número de países aceite tarifas maiores e prometam mais investimento na economia dos Estados Unidos. Atitude que o Financial Times classificou como "cowering to a bully", acovardando-se diante de um assediador, ao falar do acordo dos EUA com a União Europeia. O governo francês o vê assim, também, como uma rendição. Os governos alemão, conservador, e italiano, de ultradireita, criticaram o acordo negociado pela presidente da Comissão Europeia, Ursula van der Leyen.

As sanções impostas por Trump ao Brasil não têm fundamento econômico. São puramente políticas. Trump age de má-fé. Põe-se ao lado dos golpistas, como se defendesse a democracia que eles pretendiam implodir ou explodir. Incapaz de fazerem as instituições se curvarem, quando governo Bolsonaro e seus asseclas passaram à tentativa de golpe tradicional, com intervenção militar e deposição do presidente eleito.

É por estes crimes de atentado contra o Estado Democrático de Direito que Jair Bolsonaro é réu e será julgado e condenado em breve. Com ou sem sanções econômicas ilegais e ilegítimas dos Estados Unidos. Com ou sem Lei Magnitsky aplicada contra o ministro Alexandre de Moraes contrariando a letra desta própria lei.

A nova fase do golpe inacabado, na verdade, continuado, vai dar resultados contrários ao desejado por seus executores. Com a chantagem e seus efeitos, o Congresso não votará a anistia por eles desejada para seus crimes. O STF prosseguirá no julgamento desses crimes. As sentenças serão proferidas, transitarão em julgado e serão cumpridas.

A inépcia dos golpistas é patente. As sanções econômicas atingem estados brasileiros e americanos. As pressões sobre os parlamentares desses estados para que atuem buscando revertê-las sortirão pelo menos o efeito de inibir decisões favoráveis a eles, como a anistia. Muitas dessas tarifas tendem a ser reduzidas para atender aos interesses de empresas americanas. As que permanecerem, ajudarão a aumentar a inflação e reduzir o ímpeto de crescimento da economia.

O efeito chegará às urnas. Os estados prejudicados podem derrotar parlamentares republicanos que aceitaram a invasão de suas prerrogativas por Trump. As eleições intermediárias podem dar a maioria parlamentar aos democratas. As cortes podem se sentir mais livres para julgar a ilegalidade dos decretos presidenciais. Trump seria confrontado. A democracia americana seria testada no seu limite.